



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



**INFORMAÇÃO Nº 45/2024 – DIFLI**

**PROCESSO Nº:** 00600-00001249/2024-40

**JURISDICIONADO:** Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF

**ASSUNTO:** Licitação

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 105.087.492,13

**DATA DE ABERTURA:** 06/03/2024 às 14:30h

**EMENTA:** Pregão Eletrônico SRP nº 41/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços eventuais, sob demanda, de manutenção predial corretiva, por sistema de registro de preços, com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI nas edificações, equipamentos e instalações prediais utilizados pela PMDF e órgãos vinculados Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP/DF e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAPE/DF, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. Análise Inicial. Irregularidades. Pela suspensão cautelar do certame e determinações.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da análise do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 41/2023, lançado pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços eventuais, sob demanda, de manutenção predial corretiva, por sistema de registro de preços, com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI nas edificações, equipamentos e instalações prediais utilizados pela PMDF e órgãos vinculados Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP/DF e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAPE/DF, conforme especificações e



## Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 2

Proc.: 00600-  
00001249/2024-  
40

condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital.

2. O Aviso de Licitação (Peça nº 1, e-Doc 822964D6-e) foi publicado no DODF nº 29, em 09/02/2024, prevendo a abertura das propostas para o dia 06/03/2024, às 14 horas e 30 minutos, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. A licitação será do tipo maior desconto por lote.

3. A versão mais recente do Edital disponibilizada na *internet* encontra-se juntada à Peça nº 2, e-Doc E942A1C1-e. Do *caput* do instrumento convocatório, extraímos que o valor previsto para a contratação é de R\$ 105.087.492,12<sup>1</sup> (cento e cinco milhões, oitenta e sete mil, quatrocentos e noventa e dois reais e doze centavos).

4. Por meio do Ofício nº 28/2024 – DIFLI (Peça nº 3, e-Doc A1DAD6F6-c), o titular da Secretaria de Fiscalização Especializada – SESPE solicitou ao Jurisdicionado o *link* de acesso direto ao Processo SEI nº 00054-00119145/2023-99, que trata do certame em epígrafe.

5. Em atendimento, a PMDF disponibilizou o *link* de acesso (Peça nº 4, e-Doc 6619FF01-e), permitindo a obtenção da cópia do processo, juntada aos autos na Peça nº 5, e-Doc BF88A1CD-e.

6. A análise formal do Edital, bem como dos demais documentos do processo administrativo, foi realizada no Checklist juntado ao e-Doc AA848607-e, Peça nº 7. Ressaltamos que este exame não afasta eventuais fiscalizações posteriores acerca do procedimento licitatório e de seus desdobramentos, nos termos do art. 11 da Resolução nº 369/2023 – TCDF<sup>2</sup>.

### I – Do Pregão Eletrônico para SRP nº 41/2023 - PMDF

7. Segundo o Edital, o certame objetiva a contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção predial corretiva, com o fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão de obra nas edificações, equipamentos e instalações prediais utilizados pela Polícia Militar do DF e órgãos vinculados (fl. 1, Peça nº 2).

<sup>1</sup> O valor informado no aviso de licitação publicado no DODF (R\$ 105.086.095,85) diverge do valor apresentado no edital do certame.

<sup>2</sup> Art. 11. As análises realizadas pelo Tribunal em relação aos processos examinados nos termos desta Resolução não excluem a possibilidade de outros procedimentos de fiscalização, nem a imputação de responsabilidade por falhas identificadas posteriormente.

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 3

Proc.: 00600-  
00001249/2024-  
40

8. O Termo de Referência abarcou a justificativa da contratação pretendida. Segundo exposto, a estrutura da Corporação da PMDF não conta com profissionais para prestar os serviços de engenharia de operação e manutenção predial eventual, por não ser esta a sua atividade finalística. Nesse contexto, a Jurisdicionada ressaltou a necessidade de preservação de suas instalações (fl. 17, Peça nº 2):

*3.8. Ressalta-se que a falta de manutenção predial, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso dos sistemas prediais que são sistemas físicos, integrados ao edifício, e que tem por finalidade dar suporte às atividades dos usuários, suprindo-os com insumos prediais necessários a energia, gás, água, segurança ao fogo e patrimonial, conforto ambiental, transporte e circulação, comunicação, e automação, e em consequência à citada ausência, prejudicar o desempenho das atividades desenvolvidas pela Corporação.*

*3.9. Salienta-se, que imprevistos prediais na Corporação não afetam somente a uma Instituição, mas sim o bem maior a ser protegido pelas missões da PMDF, com consequências indesejáveis à qualidade do atendimento dos cidadãos do Distrito Federal.*

*3.10. Neste sentido, o desgaste natural, o uso regular, o crescimento da vegetação próxima das edificações e nos terrenos, promove a necessidade constante de manutenção para sanar defeitos ou evitá-los melhorando a utilização dos sistemas e preservando o patrimônio e mantendo as condições adequadas para atender as exigências dos seus usuários.*

9. O objeto foi dividido em 8 (oito) lotes, de acordo com o apresentado a seguir (fl. 2, Peça nº 2). Foram destinados 4 (quatro) lotes ao atendimento da demanda da Jurisdicionada, e 4 (quatro) aos órgãos vinculados (Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP/DF e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAPE/DF).

LOTES	PARTICIPAÇÃO	VALOR DA CONTRATAÇÃO ANUAL COM BDI	Quantidade de itens de manutenção anual por m <sup>2</sup> a ser registrada - (ITEM R\$ 483,59).
01	Ampla Concorrência PMDF	R\$ 9.695.896,22	20.050
02	Cota Reservada PMDF	R\$ 1.025.201,99	2.120
03	Ampla Concorrência PMDF	R\$ 12.149.610,80	25.124
04	Cota Reservada PMDF	R\$ 1.304.714,61	2.698
05	Ampla Concorrência SSP/DF	R\$ 7.453.677,91	15.413
06	Cota Reservada SSP/DF	R\$ 917.289,81	1.897
07	Ampla Concorrência SEAPE/DF	R\$ 60.130.998,48	124.344
08	Cota Reservada SEAPE/DF	R\$ 12.409.296,40	25.661

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 4

Proc.: 00600-  
00001249/2024-  
40

10. Os lotes de números 2, 4, 6 e 8 foram reservados à participação exclusiva de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, conforme disposto no item 3.2 (fl. 3, Peça nº 2). Os itens 3.2.1.2 a 3.2.1.4 do Edital (fl. 3, Peça nº 2) cuidaram de reproduzir as previsões demandadas no art. 26, parágrafos 3º ao 5º<sup>3</sup> da Lei Distrital nº 4.611/2011. O percentual destinado à cota reservada representa 14,9%<sup>4</sup> do valor total da contratação.

11. O Edital definiu como unidade de medida do item a ser registrado a “manutenção anual por m<sup>2</sup>”, conforme destacamos do quadro do item 1.1 (fl. 2, Peça nº 2):

Item a ser Registrado	Unidade	Valor de 01(um) ITEM
Serviços de manutenção predial, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, sob demanda, na forma estabelecida nas planilhas não desoneradas do catálogo de composições e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI	Manutenção anual por m <sup>2</sup>	R\$ 483,59 (quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta e nove centavos);

12. O *caput* e o item 10.3 do Edital (fl. 8, Peça nº 2) previram que o critério adotado para julgamento será o de “maior desconto por lote”. Entretanto, no item 8.5.1 (fl. 6, Peça nº 2) do termo editalício e no Aviso da Licitação (Peça nº 1) há a disposição de que o critério do certame será o “menor preço”. Desse modo, é necessária a correção da redação do Edital, de modo a restar claro o critério de julgamento a ser utilizado.

13. O uso do Sistema de Registro de Preços foi justificado no item 3.15 do Termo de Referência (fl. 18, Peça nº 2). Segundo o exposto pela Polícia Militar, o fundamento está nos incisos I e IV do art. 3º, do Decreto Distrital nº 39.103/2018, quais sejam, a necessidade de contratações frequentes, devido à característica do serviço, e a impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado, pela natureza do objeto. Registramos que o Decreto Distrital nº 39.103/2018 foi revogado por força do Decreto Distrital nº 44.330/2023. Todavia, este também possibilitou a adoção do SRP nesses casos, nos incisos I e IV do seu art. 190.

<sup>3</sup> Art. 26. §3º A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral, prevista no § 1º, II, deste artigo.

§4º O instrumento convocatório deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

§5º O instrumento convocatório deverá prever que será inabilitada a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial e oferecer proposta para a cota reservada em relação a essa condição.

<sup>4</sup> (R\$15.656.502,81) / (R\$ 89.430.183,41) = 17,51%.



## Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 5

Proc.: 00600-  
00001249/2024-  
40

14. A Ata de Registro de Preços a ser firmada terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no DODF (fl. 5, Peça nº 2). O preço registrado deverá ser fixo e nele incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto da licitação (fl. 5, Peça nº 2).

15. A disposição do item 3.5.7 do instrumento convocatório (fl. 3, Peça nº 2), vedou a participação de empresas reunidas em consórcios no âmbito do PE nº 41/2023, qualquer que seja a sua forma de constituição. Essa vedação implica a ausência de parcelamento material do objeto licitado.

16. Foi permitida a subcontratação parcial até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato no item 14.10 do Edital. A subcontratação é geral, e não se confunde com a subcontratação compulsória, tratamento favorecido a entidades preferenciais, previstos no art. 23, §1º da Lei Distrital 4.611/2011, que não foi contemplada no instrumento convocatório. Os serviços passíveis de serem subcontratados foram elencados (fl. 12, Peça nº 2):

*14.10.1. Nos serviços de limpeza dos reservatórios de água;*

*14.10.2. Nos serviços de manutenção de no breaks e estabilizadores;*

*14.10.3. Nos serviços de enrolamento de motores;*

*14.10.4. Nos serviços de manutenção de grupos geradores;*

*14.10.5. Nos serviços de impermeabilização de pisos.*

*14.11. Outros serviços que necessitem de laudo ou relatório especializado, que não sejam de competência direta da Contratada;*

17. A Portaria de 02 de janeiro de 2024, publicada no DODF, edição nº 03, designou policiais militares para figurarem como Agentes de Contratação e Pregoeiros e demais Membros da Equipe de Apoio (fl. 530, Peça nº 5):

**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

**PORTARIA DE 02 DE JANEIRO DE 2024**

O COMANDANTE - GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência prevista no art. 4º da Lei Federal nº 6.450/1977 c/c o art. 8º, inciso V do Decreto Federal nº 10.443/2020, e combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, resolve:

**Art. 1º** Designar para figurar como Agentes de Contratação e Pregoeiros, nas disposições definidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, os seguintes policiais militares: TC QOPM LUÍS HENRIQUE DEBARROSRODRIGUES, Mat. 21.401/9; CAP QOPM ISMAEL DE MIRANDA FERNANDES, Mat. 175.542/0 e TEN QOPM MICHAEL FELIPE MACHADO, Mat. 197.057/7.

**Art. 2º** Designar para figurar como Membros da Equipe de Apoio: MAJ QOPM RODRIGO DE ARAÚJO RIBEIRO, Mat. 50.805/5; MAJ QOPM ERIC RODRIGUES DE SALES, Mat. 81.165/3, CAP QOPM JOÃO PEDRO LABOURDETTE BARROS, Mat. 175.644/3; ST QPPMC ALBERTO MARTINS DA SILVA, Mat. 21.414/0; ST QPPMC LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA MANSO, Mat. 21.962/2; 2º SGT JAMES DE MELO SOUZA, Mat. 23.654/3; 2º SGT QPPMC RICARDO LUIZ TARGINO, Mat. 23.903/8; 2º SGT QPPMC BRUNO MATTOS DE NARVAIS SILVA, Mat. 73.003/3; 3º SGT WAGNER DIAS SILVA, Mat. 732.250/X; CB QPPMC PEDRO RIBEIRO ROCHA, Mat. 732.472/3 e THAYNARA HÉLLEN SANTOS SOARES, Mat. 733.663-2 (servidora civil).

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 6

Proc.: 00600-  
00001249/2024-  
40

18. Mediante o Parecer Técnico nº 19/2024 – PMDF/DFL/ATJ (fl. 523, Peça nº 5), a Assessoria Técnico Jurídica da Polícia reanalisou o Edital conforme o Parecer Jurídico nº 46/2020 – PGDF/PGCONS, tendo sido apontada apenas a inconformidade quanto à falta de aprovação da última versão do Termo de Referência. Em conclusão, defendeu que (fl. 527, Peça nº 5):

*7. Ante todo o exposto, esta Assessoria entende que a minuta de Edital de Pregão Eletrônico nº 41/2023 (131712298) apresentada pela Seção de Procedimentos Licitatórios, está, sob o aspecto jurídico-formal, em conformidade com a minuta-padrão de edital de licitação aprovada pelo Parecer Jurídico n.º 46/2020 - PGDF/PGCONS, exceto pela não localização do APROVO do Termo de Referência 132104512*

*É o parecer que submeto a apreciação do Chefe do DLF.*

19. No Despacho – PMDF/DLF/ATJ (fl. 529, Peça nº 5), o chefe substituto do Departamento de Logísticas e Finanças aprovou o Parecer Técnico nº 19/2024 – PMDF/DFL/ATJ. Além disso, no mesmo documento, também aprovou o Termo de Referência e demais artefatos do certame.

20. Foi apensado ao Processo SEI nº 00054-00119145/2023-99, referente ao certame em análise, a Anotação de Responsabilização Técnica pela elaboração do Termo de Referência e Planilha de Orçamento Estimativo para o PE nº 41/2023 (fl. 514, Peça nº 5):

ART 0720230071427	Responsável Técnico	Documentos Elaborados
	HELIO VITOR REIS DOS SANTOS Engenheiro Civil, Engenheiro Ambiental	1) Orçamento composto por planilha estimativa para processo de manutenção predial sob demanda. 2) Termo de referência para processo de manutenção predial PMDF sob demanda com 49.992 m² de área atendida.

21. Em relação à autorização de despesa, consta nos autos o documento às fls. 266/268 (Peça nº 5), em que o Chefe do Departamento de Logística e Finanças autorizou a realização do procedimento de licitação, bem como a realização da despesa. Registramos que o documento é datado de 04/09/2023, e, à época, a despesa estimada pela PMDF era de R\$ 24.175.423,63 (vinte e quatro milhões, cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e três centavos).

22. Não foram encontrados outros documentos relativos à disponibilidade orçamentária após a atualização do valor estimado previsto. Porém, por se tratar de





## Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 7

Proc.: 00600-  
00001249/2024-  
40

SRP, entendemos ser dispensável<sup>5</sup>, excepcionalmente, conforme será visto mais adiante nesta Informação, a exigência de sua apresentação, cabível apenas quando da formalização do contrato.

## II – Análise do Edital

### II.1 – Da legislação de regulamento do Pregão Eletrônico SRP nº 41/2023

23. Conforme já indicamos no parágrafo 2º desta Instrução, o Aviso de Licitação foi publicado no DODF nº 29, em 09/02/2024 (Peça nº 1). Diante desse fato, temos que a regulamentação adotada no Edital não está adequada com a legislação vigente.

24. De maneira expressa, o Edital do Pregão Eletrônico nº 41/2023, informa, em seu *caput*, que seguirá a seguinte regulamentação: **Lei nº 10.520/2002**, **Decreto Federal nº 10.024/2019** (recepcionado no DF por meio do **Decreto nº 40.205/2019**), **Decretos Distritais nº 25.966/2005**, **nº 26.851/2006**, **nº 33.598/2012**, **nº 35.592/2014**, **nº 39.103/2018** e alterações posteriores, **Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017/MPOG**, (recepcionada no DF pelo **Decreto Distrital nº 38.934/2018**) e, subsidiariamente, pela **Lei nº 8.666/1993** e alterações subsequentes, observando a **Lei Complementar nº 123/2006**, **Lei Distrital nº 4.611/2011** e **Decreto Distrital nº 35.592/2014**, além de outras normas aplicáveis (fl. 1, Peça nº 02):

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2023  
REGISTRO DE PREÇOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
AMPLA CONCORRÊNCIA - LOTES: 1, 3, 5 e 7

COTAS RESERVADAS (VINCULADAS AOS LOTES 1, 3, 5 e 7) - LOTES: 2, 4, 6 e 8 - LEI DISTRIITAL Nº 4.611/2011

O Distrito Federal, por meio da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, mediante as condições estabelecidas neste Edital, de acordo com o regulamentado pela **Lei nº 10.520/2002**, **Decreto Federal nº 10.024/2019** (Recepcionado no Distrito Federal por meio do **Decreto nº 40.205/2019**), **Decretos Distritais nº 25.966/2005**, **nº 26.851/2006**, **nº 33.598/2012**, **nº 35.592/2014**, **nº 39.103/2018** e alterações posteriores, **Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017/MPOG**, (recepcionada no Distrito Federal pelo **Decreto Distrital nº 38.934/2018**), subsidiariamente, pela **Lei nº 8.666/1993** e alterações subsequentes, observando a **Lei Complementar nº 123/2006**, **Lei Distrital nº 4.611/2011** e **Decreto Distrital nº 35.592/2014**, além de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

Este certame será regido pelas **Leis Federais n. 8.666/1993 e n. 10.520/2002**.

<sup>5</sup> O Decreto nº 39.103/2018, revogado pelo Decreto nº. 44.330/2023 previa, em seu art. 7º, §2º: “Na licitação para registro de preços **não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil**”. Em que pese ainda não haver, no DF, Decreto que regulamente os arts. 82 a 86 da Lei 14.133/2021, referentes ao SRP, podemos observar que o entendimento permaneceu no âmbito da União, uma vez que o Decreto nº 11.462/2023, que revogou o Decreto nº 7.892/2013, em seu art. 17, registrou: “A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil”.

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 8

Proc.: 00600-  
00001249/2024-  
40

25. Nesse contexto, para tornar mais clara a análise pretendida quanto à irregularidade da Legislação aplicável ao certame em questão, elaboramos um quadro resumo com a vigência das normas presentes no *caput* do documento editalício:

Lei/Decreto	Matéria	Vigência	Observação
Lei nº 10.520/2002	Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.	Revogada em 30 de dezembro de 2023 pelo art. 193, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.	
Decreto Federal nº 10.024/2019	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.	Vigente. Sem revogação expressa.	Regulamenta o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. As duas leis estão revogadas.
Decreto Distrital nº 40.205/2019	Recepção o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019	Vigente. Sem revogação expressa.	
Decreto Distrital nº 25.966/2005	Institui o e-Compras, Sistema de Controle e Acompanhamento de Compras e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal, e dá outras providências.	Vigente. Sem revogação expressa.	
Decreto Distrital nº 26.851/2006	Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 8666, de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos e nº 10520, de 17 de julho de 2002 - Lei do Pregão, e dá outras providências.	Revogado em 31 de dezembro 2023 pelo art. 272 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.	
Decreto Distrital nº 33.598/2012	Exclui do regime de centralização das licitações de compras, obras e serviços de que trata o artigo 2º da Lei nº 2.340, de 12 de abril de 1999, alterada pela Lei nº 2568, de 20 de julho de 2000, os procedimentos licitatórios de interesse da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências	Vigente. Sem revogação expressa.	
Decreto Distrital nº 35.592/2014	Regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais previsto na Lei nº 4.611, de 9 de agosto de 2011, estabelece regras para a elaboração do Plano Anual de Contratações Públicas para ampliação da participação das denominadas entidades preferenciais, e dá outras providências.	Vigente. Sem revogação expressa.	
Decreto Distrital nº 39.103/2018	Regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o Sistema de Registro de Preços e dá outras providências.	Revogado em 31 de dezembro 2023 pelo art. 272 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.	
Instrução	Dispõe sobre as regras e diretrizes do	Vigente. Sem	



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 9

Proc.: 00600-  
00001249/2024-  
40

Lei/Decreto	Matéria	Vigência	Observação
Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017/MPOG	procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.	revogação expressa.	
Decreto Distrital nº 38.934/2018	Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	Vigente. Sem revogação expressa.	
Lei nº 8.666/1993	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Revogado em 30 de dezembro de 2023 pelo art. 193, inciso II, da Lei nº 14.133/2021	
Lei Complementar nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.	Vigente. Sem revogação expressa.	
Lei Distrital nº 4.611/2011	Regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais de que trata a Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as Leis Complementares nº 127, de 14 de agosto de 2007, e nº 128, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências.	Vigente. Sem revogação expressa.	

26. Portanto, quando da publicação do aviso de abertura da licitação no DODF (Peça nº 1), em 09/02/2024, as principais leis aplicadas no âmbito do certame em análise, notadamente as Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2022, já estavam revogadas. A publicação do Edital, portanto, sob a regência desses normativos é irregular.

27. Compulsando os autos do processo, identificamos a manifestação da Assessoria Jurídica (ATJ) da PMDF, por meio do Parecer Técnico nº 19/2024 – PMDF/DFL/ATJ, datado de 30/01/2024, quanto à publicação do certame fundamentada na Lei nº 8.666/1993 (fl. 523, Peça nº 5):



## Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



*5. Ressalte-se que a Lei 8.666/1993 foi revogada pela Lei 14.133/2021, entretanto, esta, prevê em seu art. 191 c/c com o art. 193, que processos que estavam/estão em fase instrutória a contratação tinham a opção em licitar/contratar nos fundamentos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos artigos 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.*

28. Entretanto, diferente do que afirmou a ATJ, os artigos 191 e 193 da Lei nº 14.133/2021 não sustentam a argumentação levantada:

***Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.***

*Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.*

(...)

***Art. 193. Revogam-se:***

(...)

***II - em 30 de dezembro de 2023:***

***a) a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;***

***b) a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;***

***c) os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.***

29. O citado artigo 191 fez instaurar a possibilidade de a Administração, no âmbito federal, optar por licitar sob o regime das Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 até decorrido o prazo de 30 de dezembro de 2023. Portanto, os instrumentos editalícios publicados até este marco temporal definido poderiam se submeter às leis anteriores.

30. No âmbito do Distrito Federal, foi editado, no dia 12 de junho de 2023, o Decreto Distrital nº 44.613/2023, que fixou o regime de transição entre a antiga e a nova lei de licitações no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do DF. Em seu artigo 2º está disposto que o limite temporal foi 29 de dezembro de 2023:

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 11

Proc.: 00600-  
00001249/2024-  
40

**Art. 2º** Os processos licitatórios e contratações **autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além da legislação distrital delas decorrentes, serão por elas regidos, desde que:**

**I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo da Portaria SEGES/MGI Nº 1.769, de 25 de abril de 2023; e**

**II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.**

**Parágrafo único.** Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

31. Diante dos dispositivos normativos acima transcritos, entendemos que só seria possível à PMDF aplicar as Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002 ao PE nº 41/2023 caso o Edital do certame tivesse sido publicado até o dia 29 de dezembro de 2023.

32. Nesse sentido, realizamos pesquisa nas Edições de 2023 do DODF para verificar se a PMDF havia efetuado a publicação, anteriormente, da licitação. Utilizamos como chaves de pesquisa o número da licitação<sup>6</sup> e o número do processo SEI relacionado, mas não encontramos nenhum aviso que registrasse que a Jurisdicionada tornou público o Edital do certame pretendido até o dia 29 de dezembro de 2023:

<sup>6</sup> Das 34 publicações em que foram encontradas em retorno à chave “PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2023”, nenhuma era referente à publicação da licitação em apreço.

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 12

Proc.: 00600-  
00001249/2024-  
40

33. Também não encontramos publicação no Portal de Licitações da PMDF (<https://www.pmdf.df.gov.br/index.php/licitacoes>) do certame em questão.

34. Por outro lado, identificamos que houve a criação de eventos no sistema *Compras.gov* referentes ao Pregão Eletrônico nº 41/2023 em dezembro de 2023:

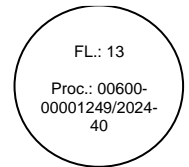
35. Conforme registrado no sistema *Compras.gov*, a suspensão teria ocorrido no dia 15/12/2023. Nesse sentido, realizamos nova busca nas publicações do DODF entre 01/12/2023 e 15/12/2023, a fim de verificar se foi efetuada a publicação do aviso de abertura do PE nº 41/2023 antes do término da vigência das leis nº 8.666/93 e 10.520/2002. O resultado da busca foi de que não identificamos nem o aviso de abertura da licitação, tampouco a publicação do aviso de suspensão, cujo evento foi registrado no *Compras.gov* em 15/12/2023.

36. Ressaltamos que o simples procedimento de criar o evento da licitação no sistema *Compras.gov* não é suficiente para caracterizar a publicação do Aviso de Abertura da Licitação, pois, nos termos da antiga lei de licitações, Lei nº



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



8.666/1993, o ato que torna público a disponibilização do texto integral do instrumento convocatório aos interessados seria o aviso de licitação publicado, no mínimo, no Diário Oficial e em jornal de grande circulação, conforme disposto no art. 21:

**Art. 21.** *Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, **deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:***

*I - no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais;*

*II - no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal;*

*III - em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.*

**§ 1º** *O aviso publicado conterá a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação.*

37. Em resumo, a criação de evento do PE nº 41/2023 em dezembro de 2023 apenas no *Portal Compras.gov* e a sua posterior suspensão seguida de sua retomada no ano de 2024 não tornam possível processar a licitação ainda segundo as Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, uma vez que a ausência da sua publicação original, em dezembro de 2023, nos termos do art. 21 da Lei nº 8.666/93, torna-a inválida, uma vez que não observou a legislação regente à época.

38. Logo, como não ocorreu a devida publicação do PE nº 41/2023 em data anterior ao disposto no art. 193, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e no art. 2º, inciso I, do Decreto Distrital nº 44.613/2023, a presente licitação deverá seguir os ditames da nova legislação vigente.

39. Nesse sentido, iremos sugerir a republicação do Edital do Pregão Eletrônico por SRP nº 41/2023, segundo a regência da Lei nº 14.133/2021, regulamentada no Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 44.330/2023, devendo a PMDF proceder com as revisões e adequações cabíveis no âmbito do processo administrativo.

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 14

Proc.: 00600-  
00001249/2024-  
40**II.2 – Da utilização do Sistema de Registro de Preços para o objeto a ser contratado**

40. Segundo definido no Edital (fl. 1, Peça nº 2), o item a ter seu preço registrado será **“Serviços de manutenção predial, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, sob demanda, na forma estabelecida nas planilhas não desoneradas do catálogo de composições e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI”** e a unidade de medida é a **“Manutenção anual por m²”**.

41. Nesse sentido, a PMDF elaborou planilhas orçamentárias contendo todos os itens de serviços e fornecimento de materiais e equipamentos que identificou necessários para o atendimento das manutenções de suas instalações. Após o custo total orçado, realizou a divisão pela área total das edificações a serem mantidas:

Lote	Custo Total da Planilha Orçamentária	Área total das Instalações do Lote	Custo unitário
Lote 1	R\$ 9.695.896,22	20.050 m²	R\$ 483,59
Lote 2	R\$ 1.025.201,99	2.120 m²	R\$ 483,59
Lote 3	R\$ 12.149.610,79	25.124 m²	R\$ 483,59
Lote 4	R\$ 1.304.714,61	2.698 m²	R\$ 483,59

42. Portanto, depreende-se que, na Ata de Registro de Preços a ser firmada, por exemplo, para o Lote 1, será registrado o preço, por metro quadrado, da manutenção anual para os 20.050 metros quadrados nas edificações levantadas.

43. Em outros termos, em que pese o instrumento editalício afirmar que a pretensão é de contratação por demanda eventual, em seu item 1.1 (fl. 1, Peça nº 2), entendemos que o serviço efetivamente a ser registrado é o de manutenção anual para as instalações da PMDF, de forma contínua.

44. Este entendimento é corroborado pela disposição do item 14.1 do Edital (fl. 11, Peça nº 2):

**14. DO CONTRATO**

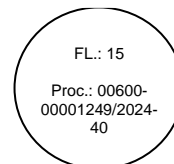
*14.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o item 33 do Termo de Referência a contar da data de sua assinatura, persistindo as obrigações decorrentes da garantia, quando houver, sendo seu extrato publicado no DODF, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II, da lei 8.666/93.*





## Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



45. O citado art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 refere-se à prorrogação de contratos de natureza continuada, os quais, segundo aquela lei, poderiam ser prorrogados por até 60 (sessenta) meses:

*Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*(...)*

*II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*

46. Ademais, o Estudo Técnico Preliminar trouxe à baila a necessidade enfrentada pela PMDF de manutenção ininterrupta de suas instalações (fl. 10, Peça nº 5):

*As edificações necessitam de **manutenção continuada dos sistemas prediais** com conhecimentos técnicos especializados em engenharia, manutenção predial e jardinagem de forma a garantir seu perfeito funcionamento. **Estes sistemas devem ser inspecionados periodicamente para garantir tanto seu funcionamento, quanto a segurança e conforto dos usuários, mantendo um adequado padrão operacional.***

*A falta de manutenção predial, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso dos sistemas prediais que são sistemas físicos, integrados ao edifício, e que tem por finalidade dar suporte às atividades dos usuários, suprimindo-os com insumos prediais necessários a energia, gás, água, segurança ao fogo e patrimonial, conforto ambiental, transporte e circulação, comunicação e informação, automação e, em consequência à citada ausência, prejudicar o desempenho das atividades desenvolvidas pela Corporação.*

47. Por todo esse contexto apresentado, entendemos que a pretensão com esta contratação é a obtenção de um ajuste que ofereça de maneira contínua, e sem interrupção, da manutenção predial às edificações da PMDF.

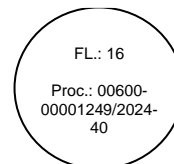
### II.3 - Dos requisitos de Habilitação

48. Registramos que a documentação solicitada no Edital para fins de



## Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



habilitação jurídica<sup>7</sup>, comprovação de regularidade fiscal e trabalhista<sup>8</sup> e qualificação econômico-financeira<sup>9</sup> está adequada à luz da Lei nº 8.666/1993<sup>10</sup>.

49. Entretanto, conforme já discorrido, entendemos ser necessário que a PMDF adeque todas estas exigências às disposições da Lei 14.133/2021<sup>11</sup>, no que a nova lei de licitações houver inovado.

50. Em especial, ressaltamos as modificações concernentes à qualificação econômico-financeira que, agora segundo o art. 69, inciso I, da Nova Lei de Licitações, requisitou a apresentação do balanço patrimonial, **demonstração de resultado de exercício** e demais demonstrações contábeis referentes aos **2 (dois) últimos** exercícios sociais da licitante e a inclusão do **cumprimento do inciso XXXIII<sup>12</sup>, art. 7º da Constituição Federal**, como requisito para comprovação de regularidade trabalhista, nos termos do art. 68, inciso VI.

51. No que tange à habilitação técnica, reproduziremos o item 29 do Termo de Referência para posterior análise (fl. 42, Peça nº 2):

### **29. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA PARA A CONTRATAÇÃO:**

*29.1. Como parâmetros para as exigências mínimas de qualificação técnica, serão consideradas de forma equilibrada as qualificações compatíveis com: **Características** (manutenções de edificações e instalações), **Quantidades mínimas** (aproximado a 50% da área de demanda a ser mantida), conforme os Acórdãos 361/2017 e 1214/2013 - TCU - Plenário), **Parcelas de maior relevância técnica e valor significativo**, e **Prazo** (12 meses).*

*29.2. PARA A COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA DAS LICITANTES SERÃO EXIGIDOS OS DOCUMENTOS A SEGUIR:*

#### **29.2.1. CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL:**

*29.2.1.1. Comprovante de inscrição ou registro da Licitante (Pessoa Jurídica) junto à entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU) da localidade da sede da licitante, que demonstre a compatibilidade entre o objeto social da empresa e os serviços objetos da licitação.*

<sup>7</sup> Item 11.1.1 do Edital (fl. 8, Peça nº 2).

<sup>8</sup> Item 11.1.2 do Edital (fl. 9, Peça nº 2).

<sup>9</sup> Item 11.1.4 do Edital (fl.9, Peça nº 2).

<sup>10</sup> Artigos 28, 29 e 31 da Lei 8.666/1993, respectivamente.

<sup>11</sup> Presentes nos artigos 66, 68 e 69 da Lei 14.133/2021, respectivamente.

<sup>12</sup> "Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 17

Proc.: 00600-  
00001249/2024-  
40

**29.2.1.2. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade(s) Técnica(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) ter a empresa licitante executado, ou esteja executando, serviços compatíveis com as características, quantidades e prazo (no mínimo um ano) ao objeto proposto, contendo as características abaixo discriminadas, assim consideradas as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	Edificações que somem área construída mínima em m <sup>2</sup>							
			LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3	LOTE 4	LOTE 5	LOTE 6	LOTE 7	LOTE 8
01	MANUTENÇÕES DE EDIFICAÇÕES	M <sup>2</sup>	10.025	1.060	12.562	1.349	7.707	948,5	62.172	12.831
02	MANUTENÇÕES DE INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO	M <sup>2</sup>	10.025	1.060	12.562	1.349	7.707	948,5	62.172	12.831
03	MANUTENÇÕES DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS	M <sup>2</sup>	10.025	1.060	12.562	1.349	7.707	948,5	62.172	12.831
04	MANUTENÇÕES DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E SPDA	M <sup>2</sup>	10.025	1.060	12.562	1.349	7.707	948,5	62.172	12.831
05	MANUTENÇÃO EM ÁREAS EXTERNAS ELEMENTOS DE URBANISMO, PAVIMENTAÇÃO E PAISAGISMO	m <sup>2</sup>	10.025	1.060	12.562	1.349	7.707	948,5	62.172	12.831

**29.2.1.3. Será admitida para fins de comprovação de quantitativos mínimos do serviço a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitantes, vedando-se o somatório de áreas para a quantificação de dois ou mais atestados.**

**29.2.1.4. Será exigido a comprovação de capacidade técnica cumulativa para as licitantes que desejarem participar de mais de um lote, ou seja os quantitativos exigidos para cada lote deverão ser somados para habilitar nos lotes pretendidos.**

**29.2.2. CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL:**

**29.2.2.1. Comprovante de inscrição ou registro dos Responsáveis Técnicos da Licitante habilitados nas áreas Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Segurança do Trabalho, para as atribuições constantes dos responsáveis técnicos pelos serviços, junto à entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da localidade da sede da licitante. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade(s) Técnica(s) devidamente acompanhado(s) da(s) respectiva(s): Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) ter(em) seu(s) Responsável(is) Técnico(s) executado, supervisionado, coordenado, ou esteja executando, supervisionando, ou coordenando, serviços compatíveis com as características, quantidades e prazo (no mínimo um ano) ao objeto proposto, contendo as características abaixo discriminadas, assim consideradas as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	Edificações que somem área construída mínima em m <sup>2</sup>							
			LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3	LOTE 4	LOTE 5	LOTE 6	LOTE 7	LOTE 8
01	MANUTENÇÕES DE EDIFICAÇÕES	M <sup>2</sup>	10.025	1.060	12.562	1.349	7.707	948,5	62.172	12.831
02	MANUTENÇÕES DE INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO	M <sup>2</sup>	10.025	1.060	12.562	1.349	7.707	948,5	62.172	12.831
03	MANUTENÇÕES DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS	M <sup>2</sup>	10.025	1.060	12.562	1.349	7.707	948,5	62.172	12.831
04	MANUTENÇÕES DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E SPDA	M <sup>2</sup>	10.025	1.060	12.562	1.349	7.707	948,5	62.172	12.831
05	MANUTENÇÃO EM ÁREAS EXTERNAS ELEMENTOS DE URBANISMO, PAVIMENTAÇÃO E PAISAGISMO	m <sup>2</sup>	10.025	1.060	12.562	1.349	7.707	948,5	62.172	12.831

(...)

**29.2.2.11. A equipe técnica apresentada deverá ser responsável por apenas um lote, não podendo acumular função em outro lote, fato este que inabilitará a licitante no lote de menor desconto dos lotes vencidos.**

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 18

Proc.: 00600-  
00001249/2024-  
40

52. Quanto aos critérios de habilitação para a capacidade técnico-operacional, entendemos que compete à Jurisdicionada a devida avaliação da relevância técnica e/ou do valor significativo na contratação, ao passo que exigiu a comprovação de forma abrangente, de quase todos os grupos de serviços abarcados na contratação.

53. Por exemplo, quanto à exigência de comprovação de manutenção de instalações de combate a incêndio, não identificamos na planilha orçamentária relevância financeira dentro da composição total dos custos, tampouco itens de relevância técnica. A maioria dos itens, inclusive, são relativos ao mero fornecimento de material (fls. 85/86, Peça nº 5):

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QUANT.	VALORES (R\$)		% ITEM/SERVIÇOS
						PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	
18			<b>PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO</b>				<b>R\$ 84.999,13</b>	<b>1,06%</b>
18.01	101912	SINAPI	abrigo para hidrante, 75x45x17cm, com registro globo angular 45 graus 2 1/2", adaptador storz 2 1/2", mangueira de incêndio 15m 2 1/2" e esguicho em latão 2 1/2" - fornecimento e instalação. af_10/2020	un	8,00	R\$ 1.819,07	R\$ 14.552,56	0,18%
18.02	101915	SINAPI	conjunto de mangueira para combate a incêndio em fibra de poliéster pura, com 1.1/2", revestida internamente, comprimento de 15m - fornecimento e instalação. af_10/2020	un	8,00	R\$ 317,28	R\$ 2.538,24	0,03%
18.03	103019	SINAPI	registro ou válvula globo angular em latão, para hidrantes em instalação predial de incêndio, 45 graus, 2 1/2" - fornecimento e instalação. af_08/2021	un	6,00	R\$ 223,82	R\$ 1.342,92	0,02%
18.04	058003	SBC	acionador manual de alarme contra incendio	un	4,00	R\$ 93,83	R\$ 375,32	0,00%
18.05	055650	SBC	botao de alarme incendio acionamento manual com quebra vidro	un	3,00	R\$ 183,39	R\$ 550,17	0,01%
18.06	058110	SBC	central de alarme de incendio intelbras cie 1125 enderecavel	un	2,00	R\$ 1.688,93	R\$ 3.377,86	0,04%
18.07	055063	SBC	bomba incendio 616 tjm 5,0cv 220/380v trifasica dancor	un	1,00	R\$ 4.721,89	R\$ 4.721,89	0,06%
18.08	055010	SBC	bomba para incendio centrifuga 15 cv tri tjm 678 damaq bomba	un	2,00	R\$ 12.024,97	R\$ 24.049,94	0,30%
18.09	050742	SBC	sistema pressurizacao de bombas para incendio 7,5cv	un	1,00	R\$ 20.394,99	R\$ 20.394,99	0,25%
18.10	071842	SBC	detector (sensor) de fumaca com base - enderecavel dti-700 j	un	18,00	R\$ 199,91	R\$ 3.598,38	0,04%
18.11	058001	SBC	detector de fumaca convencional dfc 421 intelbras	un	18,00	R\$ 66,90	R\$ 1.204,20	0,02%
18.12	067650	SBC	detector de temperatura enderecavel dtc 420 intelbras	un	18,00	R\$ 191,20	R\$ 3.441,60	0,04%
18.13	055285	SBC	esguicho bsc 200-23 para mangueira incendio 1"	un	18,00	R\$ 245,53	R\$ 4.419,54	0,06%
18.14	058090	SBC	sirene audio visual alarme de incendio ilumac saf-c 24vcc	un	3,00	R\$ 143,84	R\$ 431,52	0,01%

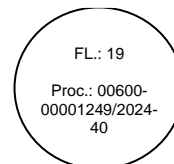
54. O somatório do item "PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO" perfaz 1,06% do custo total do lote 01. Sobre o assunto, a Lei nº 14.133/2021 dispõe, no art. 67, § 1º, que apenas são considerados valores significativos itens que tenham valor individual **igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor estimado total da contratação**.

55. Assim, entendemos que não existem razões que justifiquem a



## **Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



inclusão desse item, entre outros, no rol daqueles passíveis de exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional da licitante.

56. Além disso, para os Lotes 5 a 8, dos Órgãos Participantes (SSP/DF e SEAPE/DF), registramos a falta de elementos que possibilitem aferir os seus requisitos mínimos de habilitação, uma vez que não constam no Edital nem nos autos administrativos os orçamentos estimativos, bem como demais informações que consolidam as demandas individuais desses órgãos. Assim, restou impossibilitada a aferição dos quantitativos mínimo exigidos e da materialidade e relevância dos itens demandados, conforme estabelece o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

57. Estendemos a mesma consideração aos critérios para habilitação técnico-profissional.

58. Portanto, em suma, em relação às exigências para habilitação técnico-operacional e técnico-profissional, iremos sugerir que a PMDF revise os critérios exigidos e demande, para fins de comprovação, documentação referente àqueles requisitos que de fato caracterizem parcelas de maior relevância ou valor significativo, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

### **II.4 – Do orçamento estimativo**

59. O orçamento estimativo foi apresentado às fls. 168 a 258 da Peça nº 5. A planilha orçamentária elaborada é composta pelo orçamento estimativo do Lote 1 – Ampla concorrência da PMDF (fls. 168 a 183), Lote 2 – Cota Reservada da PMDF (fls. 184 a 197), Lote 3 – Ampla Concorrência da PMDF (fls. 213 a 228) e Lote 4 – Cota Reservada da PMDF (fls. 229 a 242). Além disso, constam as Curvas ABC desses lotes e as planilhas de Composição do BDI.

60. Não foram incluídas no processo, nem como anexo do Edital do Pregão Eletrônico, as planilhas orçamentárias referente aos Lotes 5 a 8, que também compõem o certame. Portanto, apontamos a necessidade de inclusão dessas planilhas em anexo, para permitir aos licitantes a melhor formulação de propostas.

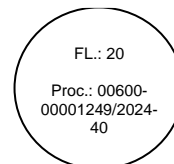
61. Em suma, os preços constantes nas planilhas foram retirados dos Bancos da SINAPI, SBC. A utilização desses bancos de preços é adequada sob a





**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



ótica do art. 23 da Lei 14.133/2021<sup>13</sup>.

62. O BDI (Bonificação de Despesas Indiretas) incidente sobre o orçamento foi da ordem de 20,94%. Observamos, que a composição foi elaborada tal qual previsto no Acórdão nº 2.622/2013 – TCU - Plenário<sup>14</sup>.

63. Entretanto, apontamos o fato de não haver documento no processo que embase os quantitativos estipulados em orçamento. A necessidade de fundamentação das quantidades estimadas foi ressaltada no art. 6º, inciso XXV, alínea f da Lei 14.133/2021:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*(...)*

**XXV - projeto básico:** conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, **devendo conter os seguintes elementos:**

*(...)*

*f) orçamento detalhado do custo global da obra, **fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados**, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei;*

64. Por isto, opinamos pela necessidade de apresentação do memorial de cálculo de apropriação dos quantitativos estimados para o Pregão Eletrônico por SRP nº 41/2023. Ressaltamos que tais quantitativos são relevantes aos licitantes para a formulação de suas propostas.

65. Ademais, consideramos relevante registrar que a totalização dos valores dos lotes, constante da tabela junto ao item 1.1 do Edital (fl. 2 da Peça nº 02) e reproduzida junto ao § 9º desta Instrução, no montante de R\$ 105.086.686,22, diverge do valor total informado no Aviso de Abertura da licitação, de R\$

<sup>13</sup> Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

<sup>14</sup> Disponível em [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/\\*/NUMACORDAO%253A2622%2520ANOACORDAO%253A2013%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2622%2520ANOACORDAO%253A2013%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0)





## Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



105.086.095,85 (Peça nº 01) e do caput do Edital, de R\$ 105.087.492,13 (fl. 1 da Peça nº 02).

### II.5 – Do reajuste contratual

66. Para a efetuação do reajustamento, foi estabelecida no item 14.16 do Edital, como data base, a data de apresentação da proposta de preços para a solicitação de reajuste, após transcorrido 1 (um) ano (fl. 13, Peça nº 2).

67. Por seu turno, a Lei nº 14.133/2021 fixa que o termo inicial da contagem da periodicidade mínima para o reajuste é a data do orçamento estimado, nos termos do art. 92, parágrafo 3º:

*§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com **data-base vinculada à data do orçamento estimado**, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.*

68. Desse modo, iremos sugerir que seja adequado o item 14.16 do Edital, fazendo constar como data-base para o início da contagem de prazo para reajustamento a data do orçamento estimativo, indicando de forma clara o dia, mês e ano (dia/mês/ano), nos termos do art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

### II.6 – Da publicidade, em sítio oficial da internet, das informações relativas ao certame

69. Em última análise, ressaltamos a falta de publicidade dada pela PMDF, em sítio oficial da internet, das informações do Pregão Eletrônico por SRP nº 41/2023.

70. Conforme já registrado no parágrafo 32 desta Instrução, não identificamos no Portal de Licitações da PMDF (<https://www.pmdf.df.gov.br/index.php/licitacoes>), a divulgação pertinente a esta licitação em análise.

71. Ademais, em acesso ao *link* disponibilizado no Processo SEI referente ao Pregão (Peça nº 4), observamos diversas solicitações de esclarecimento por parte de várias empresas:

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 22

Proc.: 00600-  
00001249/2024-  
40

133305462	Solicitação Esclarecimentos 01 CNS Construções	09/02/2024
133523993	Solicitação Esclarecimentos 02 V E TECH	16/02/2024
134426501	Solicitação Esclarecimentos 03 Stark Engenharia	27/02/2024
134567795	Solicitação de Esclarecimento 04 - MHS	28/02/2024
134568077	Solicitação de Esclarecimento 05 - DESENVOLVA	28/02/2024
134568285	Solicitação de Esclarecimento 06 - MHS	28/02/2024
134568415	Despacho	28/02/2024
134601346	Solicitação Esclarecimentos 07 - Real JG	28/02/2024
134694815	Pedido de Esclarecimento 08 - DESENVOLVA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS	29/02/2024

72. Nesse caso, é de relevante importância que sejam tornada públicas a todos os interessados as informações resultantes dos pedidos de esclarecimento já efetuados durante a fase externa da licitação.

73. Por isso, com fulcro no art. 8º<sup>15</sup>, Parágrafo único, inciso V, da Lei Distrital. 4.990/2012, bem como demandado na Decisão 4.994/2023 – TCDF<sup>16</sup>, item VI, iremos sugerir que a PMDF publique, em sítio oficial da *internet*, todas as informações concernentes ao Pregão Eletrônico por SRP nº 41/2023, incluindo os pedidos de esclarecimentos recebidos e as respectivas respostas emitidas.

## II.7 – Da dotação orçamentária

74. No que se refere à dotação orçamentária, conforme já informado nos §§ 21 e 22 da presente instrução, não identificamos nos autos administrativos informação sobre a fonte de recurso orçamentário em que serão processadas as despesas decorrentes da pretensa contratação.

75. A ausência pode ser embasada na adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, em que, na égide da legislação antiga, permitia a indicação da dotação orçamentária somente quando da efetiva contratação, sendo dispensada na fase de licitação. Contudo, com o advento da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023, tal dispensa não foi recepcionada, motivo pelo qual a PMDF deveria fazer a citada indicação. Entretanto, concebemos que, como o fato configura prática comum em licitações de tipo SRP, deixaremos, excepcionalmente, de questionar a

<sup>15</sup> Art. 8º Para a implementação desta Lei, os órgãos e as entidades do Distrito Federal devem promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. Parágrafo único. Na divulgação das informações a que se refere o caput, devem constar, no mínimo: (...) V – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive aos respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

<sup>16</sup> VI - determinar à Secretaria de Fiscalização Especializada - SESPE que, doravante, inclua, em suas análises e fiscalizações, exame acerca da observância do disposto no art. 8º, parágrafo único, V, da Lei Distrital nº 4.990/2012, e no art. 7º, § 1º, V, do Decreto Distrital nº 34.276/2013;



## Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



utilização de tal sistemática.

76. Todavia, consoante a Decisão Reservada n.º 29/2024 e a Decisão nº 475/2024, recomendamos a emissão de nova orientação à SEGOV/DF quanto à inexistência, no âmbito do DF, de dispositivo normativo que trate sobre a possibilidade de dispensa de indicação prévia de dotação orçamentária para a abertura de licitações regidas por SRP sob o esteio da Lei n.º 14.133/2021.

### II.8 – Da manifestação dos órgãos participantes

77. No âmbito do Pregão Eletrônico nº 41/2023, ingressaram como participantes a Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF (SSP/DF), à qual foram destinados os lotes 5 e 6, e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do DF (SEAPE/DF), para a qual foram destinados os lotes 7 e 8.

78. Entretanto, compulsando os autos do processo administrativo, não identificamos nenhum documento que comprove a manifestação de interesse ou o dimensionamento da demanda dos órgãos participantes.

79. Observamos, no item 18 do Termo de Referência (fl. 33, Peça nº 2), que a PMDF justificou a não a publicação da Intenção de Registro de Preços, conforme possibilitado no Parágrafo único do Art. 192 do Decreto Distrital nº 44.330/2023<sup>17</sup>.

80. Entretanto, ainda assim, verificamos que a PMDF não cumpriu com sua competência como órgão gerenciador, disposta no inciso III, art. 192 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de “*consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação do respectivo anteprojeto, projeto básico e/ou projeto executivo, destinado a atender os requisitos de padronização e racionalização*”.

81. Por isso, iremos determinar que a Jurisdicionada apresente a consolidação dos documentos que comprovem a manifestação de interesse e as informações relativas à estimativa individual dos órgãos participantes ao Pregão

---

<sup>17</sup> Parágrafo único. A publicidade da intenção de registro de preços aos demais órgãos e entidades, prevista no inciso I, do caput deste artigo, poderá ser dispensada pelo órgão gerenciador, mediante justificativa, quando o objeto for de interesse restrito a órgãos ou entidades específicas da Administração Pública Distrital.



## Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



Eletrônico nº 41/2023, nos termos do inciso III<sup>18</sup>, art. 192 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

### II.9 – Das empresas em recuperação judicial

82. O item 3.5.6<sup>19</sup> do Edital (fl. 3, Peça nº 2) veda a participação de empresas em recuperação judicial no certame. Tal vedação vai de encontro com o entendimento desta Corte de Contas, conforme já deliberado na Decisão nº 10/2021, na qual o Tribunal entendeu ser possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, nos seguintes termos:

*IV - determinar à (...) que, em relação ao Edital:*

*(...)*

*b) ajuste também o item 2.3.1.4 aos entendimentos do TCU, STJ e AGU, permitindo que as sociedades empresárias em recuperação judicial participem de licitação, desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica*

83. Logo, iremos sugerir que seja adequado o item 3.5.6 do Edital, passando a admitir sociedades empresárias em recuperação judicial, desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, conforme já deliberado pelo Tribunal na Decisão nº 10/2021.

### CONCLUSÃO

84. Diante das análises externadas nesta Instrução, atinentes à análise do Edital do Pregão Eletrônico nº 41/2023, lançado pela Polícia Militar do Distrito Federal – PM/DF, identificamos irregularidades na elaboração da fase preparatória do certame frente à legislação aplicável.

85. Considerando que as impropriedades apresentam potencial para comprometer o andamento da licitação, insurgindo a necessidade de revisão do Edital

<sup>18</sup> III - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação do respectivo anteprojeto, projeto básico e/ou projeto executivo, destinado a atender os requisitos de padronização e racionalização;

<sup>19</sup> 3.5. Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários: (...) 3.5.6. Pessoa jurídica que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, concordata, concurso de credores, liquidação, fusão, cisão ou incorporação.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



em relação à legislação aplicável, aos critério de reajustes contratuais, às exigências para fins de habilitação, entendemos por necessário a suspensão cautelar do certame até ulterior deliberação deste Tribunal.

86. Pelo exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I. tome conhecimento:

- a) do Edital do Pregão Eletrônico por SRP nº 41/2023 (Peça nº 2, e-Doc E942A1C1-e);
- b) do *link* de acesso ao SEI nº 00054-00119145/2023-99 (Peça nº 4, e-Doc 6619FF01-e); e
- c) da cópia do processo obtida (Peça nº 5, e-Doc BF88A1CD-e);

II. determine à Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, com fulcro no art. 170 da Lei nº 14.133/2021, c/c art. 277 do RI/TCDF, que suspenda o Pregão Eletrônico por SRP nº 41/2023 até ulterior deliberação desta Corte, para que sejam adotadas as seguintes correções e/ou apresente as devidas justificativas, encaminhando cópia comprobatória das medidas adotadas ao Tribunal:

- a) adeque a legislação de regência do certame, adotando como regência a Lei nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 44.330/2023 e demais normativos aplicáveis, procedendo as adequações cabíveis no Edital e no processo administrativo;
- b) corrija a redação do item 8.5.1 do Edital, estabelecendo de forma clara que o critério adotado para julgamento das propostas será o de maior desconto por lote;
- c) adeque as exigências de habilitação jurídica, econômico-financeira e regularidade trabalhista às disposições da Lei 14.133/2021;
- d) revise os critérios exigidos para habilitação técnico-operacional e técnico-profissional conforme os termos do art.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



67 da Lei 14.133/2021;

- e) inclua as planilhas orçamentárias referente aos Lotes 5 a 8 como anexo do Edital do Pregão Eletrônico por SRP nº 41/2023;
- f) apresente o memorial de cálculo de apropriação dos quantitativos estimados, conforme demandado pelo art. 6º, inciso XXV, alínea f da Lei 14.133/2021;
- g) revise o item 14.16 do Edital, fazendo constar como data-base para o início da contagem de prazo para reajustamento a data do orçamento estimativo, indicando de forma clara o dia, mês e ano (dia/mês/ano), nos termos do art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021;
- h) publique, em sítio oficial da internet, todas as informações concernentes ao Pregão Eletrônico por SRP nº 41/2023, incluindo os pedidos de esclarecimentos recebidos e as respectivas respostas emitidas, com fulcro no Art. 8º, Parágrafo único, V da Lei Distrital. 4.990/2012, e em atenção à Decisão 4.994/2023 – TCDF;
- i) junte aos autos administrativos a consolidação dos documentos que comprovem a manifestação de interesse e as informações relativas à estimativa individual dos órgãos participantes do Pregão Eletrônico nº 41/2023, nos termos do inciso III, art. 192 do Decreto Distrital nº 44.330/2023;
- j) adequado o item 3.5.6 do Edital, passando a admitir sociedades empresárias em recuperação judicial, desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, conforme já deliberado pelo Tribunal na Decisão nº 10/2021;

III. alerte à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – SEGOV/DF, conforme já emitido na Decisão Reservada nº 29/2024 e na Decisão nº 475/2024, quanto à inexistência, no





**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



âmbito do Distrito Federal, de dispositivo normativo que trate sobre a possibilidade de dispensa de indicação prévia de dotação orçamentária para a abertura de procedimentos licitatórios regidos por Sistema de Registro de Preços – SRP sob a égide da Lei n.º 14.133/2021, em vista da revogação do Decreto Distrital n.º 39.103/2018;

IV. autorize:

- a) o envio da cópia da Decisão que vier a ser adotada e do respectivo Relatório/Voto e da presente Informação à PMDF e ao Pregoeiro responsável pela condução do certame a fim de subsidiar o atendimento ao item II;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada – SESPE para os devidos fins.

Brasília/DF, 29 de fevereiro de 2024.

À consideração superior.

*(assinado digitalmente)*

**Flávia Tostes Messias Pereira**

Auditora de Controle Externo

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário Substituto.

Em, 1º de março de 2024.

*(assinado digitalmente)*

**Hugo Tomaz Neto Moraes**

Diretor da DIFLI